

Pessoas LGBTI e Diversidade Funcional

Necessidades encontradas em ações de sensibilização

Ana R. Pinho¹ (psic.anapinho@gmail.com), Catarina Rêgo Moreira¹, Matilde Soares¹, Liliana Rodrigues¹, Conceição Nogueira¹

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

O projeto *Pessoas LGBTI e Diversidade Funcional: Ações de sensibilização, capacitação e investigação* é financiado pela Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género

INTRODUÇÃO

A Associação Mundial de Saúde Sexual (2014)¹ defende a proteção e promoção de direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação. No entanto, a vivência da sexualidade de pessoas com diversidade funcional (PcDF) é frequentemente marcada por marginalização e invisibilidade, especialmente quando a diversidade funcional se intersecciona com sexualidades e identidades de género não normativas^{2,3}. A falta de reconhecimento; de acessibilidade a espaços frequentados pelos coletivos LGBTI; de informação sobre orientações e identidades de género múltiplas; e de investigação sobre diversidade sexual de PcDF, aumentam vulnerabilidades no acesso aos direitos sexuais³ e repercutem-se na saúde mental das pessoas que vivenciam esta dupla discriminação².

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo principal identificar, com base em ações de sensibilização com PcDF e profissionais que trabalham com PcDF, necessidades encontradas nos contextos referentes a questões de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais.

METODOLOGIA

Dadas as lacunas na intervenção e investigação sobre as especificidades de pessoas LGBTI com diversidade funcional desenvolveu-se o projeto intitulado “Pessoas LGBTI e Diversidade Funcional: Ações de sensibilização, capacitação e investigação”, cuja primeira fase compreendeu ações de sensibilização dirigidas a PcDF e profissionais de entidades parceiras que trabalham com esta população, nomeadamente a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR); a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC); a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Porto (APPACDM); o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG); o Centro de Vida Independente (CVI); e o Projeto Casa do Xisto.

Para tal, adotou-se uma metodologia de investigação-ação, que seguiu os procedimentos seguintes:



No total realizaram-se 6 ações de sensibilização para PcDF, nas quais participaram 25 homens e 9 mulheres, e 6 ações para profissionais, nas quais participaram 5 homens e 35 mulheres. As sessões abordaram: (1) **Enquadramento concetual**: Interseccionalidade, orientação sexual, identidade de género, expressão de género, características sexuais e a sigla LGBTI; (2) **Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Direitos das Pessoas com Deficiência**: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Princípios de Yogyakarta e Direitos das Pessoas com Deficiência; (3) **Mitos e estereótipos** que fomentam a violência e discriminação em função da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais; e, apenas para profissionais das entidades, (4) **Desafios e Boas Práticas** na intervenção com pessoas LGBTI com diversidade funcional.

RESULTADOS

As ações de sensibilização realizadas no âmbito do projeto demonstram a **necessidade** de:

- maior investimento em iniciativas que promovam conhecimentos acerca da temática LGBTI, tanto para pessoas com diversidade funcional, como para profissionais que trabalham com esta população.
Renovar, pelo menos anualmente, esta temática na... (associação); Replicar a ação tanto para outros colaboradores como para abranger mais jovens (comentários de participantes na avaliação da ação de sensibilização).
- dinamizar atividades que envolvam também familiares de pessoas LGBTI com diversidade funcional, pela dificuldade que alguns/mas profissionais observam em trabalhar estas temáticas com as famílias dos/as utilizadores/as das entidades.

CONCLUSÕES

Conforme referido por Sousa e Moleiro (2015)², pensar sexualidades e identidades de género não normativas de PcDF requer a consideração de fenómenos complexos que incluem a família, o contexto socio-cultural e as características de cada pessoa. O direito à informação e educação para assegurar tomadas de decisões sem coersão e discriminação é ainda uma barreira a ser superada⁴. Este trabalho permitiu concluir que existe uma procura generalizada por parte dos/as participantes de iniciativas que promovam conhecimentos acerca da temática LGBTI e da envolvência das famílias de PcDF LGBTI nas mesmas.

REFERÊNCIAS

(1) WAS (2014). *Declaration of Sexual Rights*. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights>; (2) Sousa, M. & Moleiro, C. (2015). Homens gays com deficiência congénita e/ou adquirida, física e/ou sensorial: duplo-fardo social. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 20, 72-90.; (3) Toft, A., Franklin, A., Langley, E. (2019). Young disabled and LGBT+: negotiating identity. *Journal of LGBT Youth*, 16(2), 157-172.; (4) Steffen, L., Musskopf, A. S. (2015). Direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiência: implicações teológicas. *Mandrágora*, 21(2), 39-65.